

CONTRARRAZÃO AO RECURSO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.146/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.959/2024

**PULE BRINQUE LTDA**, estabelecida na Rua Felipe Camarão, nº 62, loja 02, Ponte da Saudade, Nova Friburgo – RJ, CEP: 28.615-080, inscrita no CNPJ sob o nº 35.096.207/0001-96, vem, por intermédio de sua representante legal, Darlene Fonseca de Almeida, portadora do RG nº 26.366.832-9 (Detran - RJ) e CPF nº 152.087.657-21, respeitosamente, apresentar contrarrazão ao recurso interposto no âmbito do referido procedimento licitatório do pregão eletrônico 90.146/2024, nos termos do item 22.7, conforme expõe a recorrida:

• **DOS FATOS**

A presente contrarrazão é interposta pela vencedora da licitação (Pregão Eletrônico 90.146/2024), que, mesmo tendo cumprido com todas as exigências legais e editalícias e sendo declarada habilitada por esta ilustre comissão de licitação, foi surpreendida com a interposição de recurso que, por sua vez, é fundamento em fatos inverídicos, na tentativa de excluir a ora recorrida do seu direito de contratar com a administração pública.

Nesse sentido, a recorrente argumenta da seguinte forma:

A ora recorrida supostamente teria:

- 1- Deixado de apresentar objeto social compatível com objeto licitado;
- 2- Ausência de contrato social consolidado;
- 3- Comprovação de patrimônio líquido inferior ao exigido;
- 4- Atestado de capacidade técnica incompleto;

Dada a inveracidade dos fatos acima narrados, passaremos a afastá-los ponto a ponto.

• **DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE**

Nos termos do item 22.7 do Edital, é facultado ao licitante, na hipótese de recurso admitido, apresentar suas contrarrazões no prazo de 3 (três) dias. Vejamos:

22.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

• **DO MÉRITO**

**1- Ausência de objeto social compatível com objeto licitado**

Inicialmente para melhor entendimento, necessário se faz a conceituação do código CNAE. Para tanto, a Receita Federal do Brasil, seu sítio define a CNAE:

A CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividades econômicas e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do País.

O TCU já se manifestou sobre a questão da exigência do CNAE.  
Vajamos:

A participação da empresa não foi aceita pelo pregoeiro sob o argumento de que o seu CNPJ apresentava atividade incompatível com o objeto da licitação, referindo ao código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) constante na ficha cadastral de pessoa jurídica da representante junto a Receita Federal (...)

E certo de que esse cadastro é uma imposição legal e deve ser atualizado, porém **em nenhum momento a previsão legal de impedir uma empresa de participar em virtude de uma discrepância desse cadastro.** Caberia aos responsáveis a formação de juízo crítico com base em todas as informações apresentadas especialmente a simples leitura do contrato social da empresa representante. (Acórdão nº 1203/2011-Plenário)

Destarte, os requisitos habilitatórios devem ser elaborados nos estritos limites da lei 14.133/2021. E tais dispositivos não amparam a **exigência habilitatórias pautadas nos códigos de CNAE**

O TCU reiterou, nos termos do Acórdão nº 42/2014-Plenário, o entendimento segundo o qual "(...) **o CNAE não deve sozinho constituir motivo para inabilitação em processo licitatório,** havendo outros meios de comprovação da compatibilidade do ramo de atuação da empresa com o objeto da licitação, a exemplo do contrato social (...)”

No mesmo sentido, a Receita Federal já deu entendimento de que o objeto social da empresa deve prevalecer sobre o código da CNAE:

EMENTA: SIMPLES NACIONAL. OPÇÃO. INDEFERIMENTO. ATIVIDADE. VEDADA. PREVALÊNCIA DO OBJETO SOCIAL SOBRE O CÓDIGO DA CNAE. **O objeto social, para efeito de certificação da atividade econômica explorada, prevalece sobre o código da CNAE.** E insubsistente e Termo de Indeferimento de Opção pelo simples Nacional apoiado numa suposta base fática anunciada neste último, quando o objeto social aponta para outra realidade.

Diante disso, ressalta-se que não haveria priori lesão e motivo para a exclusão da empresa por não apresentar todas as informações sobre sua CNAE. Além disso a empresa também poderá comprovar que possui especialização no ramo da atividade licitada por meio do seu contrato social.

A Lei n. 8.666/1993, bem como a Lei 14.133/2021, no que tange à habilitação jurídica, não exigem que o documento constitutivo (contrato social, estatuto etc.) preveja **expressamente** que o licitante se dedique **especificadamente** à atividade correspondente ao objeto da licitação. Em outras palavras, **não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.**

Verifica-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica limitam-se “à *comprovação de existência jurídica da pessoa*”.

*Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.*

As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência **literal** entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

Ou seja, inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são **compatíveis, de maneira geral**, com os serviços que pretende contratar.

O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no Edital.

Colacionamos a seguir algumas decisões de Tribunal de Contas nesse sentido:

*É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas **não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante**, com fulcro na competitividade. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara)*

*Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, **basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado**, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)*

*Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja **expressamente** prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são **compatíveis, de maneira geral**, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)*

O que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.

A citação da recorrente de que a recorrida estaria descumprindo uma exigência editalícia, ao não possuir um CANE e/ou objeto social específico para o fornecimento de alimentos, é claramente uma tentativa exaustiva e infundada de nos inabilitar no presente certame.

Vale ressaltar que nossa empresa oferece, entre suas atividades, o aluguel de equipamentos e serviços de recreação e lazer. Ao longo do tempo, prestou diversas vezes os serviços de aluguel de máquinas para produção de algodão-doce e pipoca, o que pode ser comprovado pelo atestado de capacidade técnica anexo aos documentos habilitatórios.

Nos itens 02 e 03 do referido edital, é exigida a locação das máquinas mencionadas, o que já é comprovado pelo CNAE de aluguel de equipamentos. Vale ressaltar que esses equipamentos realizam de forma automatizada a produção dos 'alimentos' — algodão doce e pipoca — sendo responsabilidade dos funcionários da recreação apenas a distribuição dos mesmos. Diante do exposto, fica evidente que nossa empresa atende integralmente às exigências do edital

## 2- ausência de contrato social consolidado

A recorrente alega que a recorrida teria supostamente deixado de apresentar em seus documentos habilitatórios a comprovação de contrato social consolidado.

Cabe instruir a recorrente para que a mesma evite, em procedimentos futuros, cometer a mesma indecorosa argumentação com supostos concorrentes, que o MEI, ao solicitar sua transformação para ME, realiza tal procedimento por meio de "TRANSFORMAÇÃO", sendo tal ato instruído pelas normativas da JUCERJA.

Sendo assim, é impossível sustentar a narrativa apresentada pela recorrente de que a recorrida teria deixado de apresentar o contrato social com a devida consolidação, visto que não se trata de ato de alteração contratual e sim de transformação de MEI para ME.

Novo Pedido:

Selecione o tipo de busca:

CNPJ

Digite o CNPJ da Empresa:

85.096.207/0001-96

10 resultados por página

Pesquisar

NIRE	Nome Empresa	Situação Nome	Início Atividades	Término Atividades	Situação Empresa	Status Empresa
33213578139	PULE BRINQUE LTDA	Atual	07/10/2019		Registro Ativo	Transformada
33816521473	DARLENE FONSECA DE ALMEIDA	Atual	07/10/2019	22/10/2024	Exinta	Transformada

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

< Anterior 1 Próximo >

Limpar Voltar Pesquisar

## 3- ausência de comprovação de capital social mínimo.

O referido procedimento licitatório, foi instituído através da modalidade, pregão eletrônico, modelo de disputa aberto e fechado, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM.**

Vejamos as suas exigências:

“- A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência – Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.” (item 2.4)

“- O custo estimado total da contratação é de **R\$ 629.343,36 (seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II do edital.” (Item 4.1)

“O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Nova Friburgo a utilizá-lo integralmente.” (item 4.2)

“Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).” (Item 4.3)

Ainda em entendimento as exigências do próprio edital em questão, ele traz em sua exigência “DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA” item 18, subitem “18.4 Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais”. (grifo nossos)

O próprio edital seria suficiente para esclarecer qualquer dúvida sobre a argumentação da recorrente, que alega que a recorrida não possui o capital social ou patrimônio líquido, para atender as exigências editalícias, uma vez que o que realmente importa são as parcelas pertinentes, ou seja, os itens ganhos.

Porém, para corroborar o entendimento, vejamos o que diz algumas decisões em acordões:

Decisão do Acórdão 705/2008-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Exigência Outros indexadores: Limite mínimo, Capital social, Licitação por item.

[...] pelas restrições ao caráter competitivo da Concorrência nº 3/1999, quais sejam, a exigência de capital mínimo de R\$ 850.000,00, independentemente dos itens a que o licitante competia, o que caracteriza desobediência ao disposto na Lei nº 8.666/1993, arts. 3º e 31, §§ 2º e 3º; [...]

150. A irregularidade foi evidente. Como a adjudicação ocorreria por item, a exigência de capital mínimo deveria observar o valor estimado de cada item e não o valor global. Como a lei limita a exigência de capital mínimo a, no máximo, 10% do valor estimado da contratação, observa-se que a fixação do capital mínimo em R\$ 850.000,00 superou o limite legal nos casos dos itens 2, 3 e 4.

Diante de todo o exposto fica evidente, que a recorrente, tenta imputar um falso desatendimento aos documentos habilitatórios, alegando a ausência de capital social mínimo, porem fica claro que após todas as argumentações supracitadas, o valor exigido como capital social mínimo deve ser pautar nos itens que a ora recorrida, foi consagrada vencedora e não no valor global do edital.

O valor de todos os itens ganhos pela recorrida é de R\$ 108.360,36 (cento e oito mil, trezentos e sessenta reais e trinta e seis centavos), sendo certo que a comprovação do capital social mínimo para suprir a exigência do referido item seria de 10% do presente valor, que é equivale a R\$ 10.836,03 (dez mil oitocentos e trinta e seis reais e três centavos)

#### **4- Ausência de atestado de capacidade técnica completo**

Em relação ao item mencionado, fomos surpreendidos pela alegação da recorrente, que busca questionar a legitimidade do atestado de capacidade técnica apresentado por nossa empresa. No entanto, o referido atestado atende plenamente a todos os requisitos legais de validade, incluindo: a objetividade na prestação dos serviços, a descrição detalhada tanto do prestador quanto do receptor dos serviços, e a demonstração do cumprimento adequado das obrigações nos serviços prestados de maneira impecável.

Mesmo que, houvesse dúvidas por parte da comissão de licitação quanto à legitimidade das informações e serviços prestados, os dados constantes no atestado são suficientes para a elaboração de diligências, o que permite sanar qualquer questionamento sobre a autenticidade das informações nele contidas.

Ainda assim, caso, após a análise de todos os fatos apresentados, esta ilustre comissão de licitação tivesse um entendimento contrário à legitimidade do atestado apresentado por nossa empresa, estaria desconsiderando o princípio da proporcionalidade

A proporcionalidade é um princípio jurídico que permeia todas as esferas do direito administrativo e, como tal, deve ser rigorosamente aplicada quando se trata de licitações e contratos administrativos. O princípio da proporcionalidade exige que qualquer restrição aos direitos ou interesses dos licitantes seja planejada justificada, sob pena de nulidade do procedimento licitatório.

O TCU tem, através de seus acórdãos, reforçado a necessidade de observância deste princípio.

No Acórdão nº 2.622/2018-Plenário, o Tribunal de Contas da União afirmou que a exigência de atestados de capacidade técnica deve ser condicionalmente fundamentada e proporcional ao objeto da licitação. Isso significa que a administração pública não pode exigir atestados que demonstrem a execução de quantitativos superiores ao objeto licitado ou que não guardem relação direta com as características e complexidades deste.

Nesse mesmo sentido cabe ressaltar outra decisão aonde o TCU, em consonância com suas jurisdições, conforme exemplificado pelo Acórdão nº 1.377/2020, reitera que as exigências de qualificação técnica devem ser pertinentes e fornecidas ao objeto licitado, resguardando uma ampla concorrência.

Ademais, para que não haja qualquer dúvida quanto a legitimidade dos serviços prestados, anexamos a presente contrarrazão notas fiscais de alguns dos serviços prestados, para empresa atestante.

- **DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO – RAZOABILIDADE NAS REGRAS DO EDITAL – EXCESSO DE FORMALISMO**

A finalidade da licitação, como referido é a de viabilizar a escolha da proposta mais vantajosa, o que deve ser ponderado em contraponto ao rigorismo exacerbado e preciosismos no julgamento.

No presente caso, conforme já mencionado acima, a empresa recorrida pontuou e demonstrou o cumprimento de todas as alegações apresentadas pela recorrente.

Não se pode permitir que por excesso de formalidade uma empresa mais qualificada ao cumprimento do objeto seja desclassificada, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.

Nesse sentido corrobora a jurisprudência sobre o tema:

**MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.**

**1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.**

2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.

3. Segurança concedida.

(MS n. 5.869/DF, relatora Ministra Laurita Vaz, Primeira Seção, julgado em 11/9/2002, DJ de 7/10/2002, p. 163.)

Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta é atingida com a recorrida, há grave inobservância ao princípio da RAZOABILIDADE e PROPORCIONALIDADE, caso haja a sua inabilitação, conforme destaca a doutrina:

*"Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que se inter-relacionam, cuidam da necessidade de o administrador aplicar medidas adequadas aos objetivos a serem alcançados. De fato, os efeitos e consequências do ato administrativo adotado devem ser proporcionais ao fim visado pela Administração, sem trazer prejuízo desnecessário aos direitos dos indivíduos envolvidos e à coletividade."*

(SOUZA, Alice Ribeiro de. Processo Administrativo do concurso público. JHMIZUNO. p. 74)

Portanto, considerando que a empresa atende perfeitamente a qualificação técnica, financeira e dispõe de toda documentação de habilitação conforme os objetivos lançados no edital, requer o recebimento da presente contrarrazão com o mantimento da sua decisão em HABILITAR a recorrida.

## **DOS PEDIDOS**

Pelo exposto, requer que seja a presente contrarrazão recebida e na sua totalidade atendida a pretensão da defesa para que o recurso instruído seja indeferido, em razão de toda a regularidade dos atos praticados, procedendo com a adjudicação do objeto para a PULE BRINQUE LTDA com a devida homologação.

Nova Friburgo - RJ 21 de novembro de 2024




---

PULE BRINQUE LTDA  
Darlene Fonseca de Almeida  
CPF: 152.087.-657-21  
RG: 26.366.832-9  
Sócia Administradora  
Carimbo CNPJ:

**35.096.207/0001-96**  
PULE BRINQUE LTDA  
Rua Felipe Camarão, nº 62, loja 62  
Ponte da Saudade  
Nova Friburgo - RJ CEP: 28615-080






NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Codigo de Verificação para Autenticação: a47f8e755

Endereço: Nova Friburgo, Rio de Janeiro, RJ, 28613-001

CNPJ: 28.606.630/0001-23, E-mail:



Emitido em 07/11/2024 13:12:26

Data Fato Gerador	Exigibilidade de ISS	Regime Tributário	Número RPS	Nº da Nota Fiscal
07/11/2024	Exigível	Microempresa Municipal		5
Tipo de Recolhimento	Simples	Local de Prestação	Local de Recolhimento	
Retido na Fonte	Optante	3303401 - Nova Friburgo - RJ	3303401 - Nova Friburgo - RJ	

PRESTADOR

Razão Social: PULE BRINQUE LTDA  
Nome Fantasia: PULE BRINQUE ANIMACOES  
Endereço: Rua Felipe Camarão, 62, LOJA:02 - Ponte da Saudade  
Nova Friburgo - RJ - CEP: 28615-080  
E-mail: pulybrinqueanimacoes@gmail.com - Fone: - Site: .....  
Inscrição Estadual: ..... - Inscrição Municipal: 1023534300-0 - CPF/CNPJ: 35.096.207/0001-96

TOMADOR

Razão Social: FRIBURGO AUTO ONIBUS LTDA  
Endereço: Praça GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA, 03612, - PRADO  
Nova Friburgo - RJ - CEP: 28635000  
E-mail: ..... - Fone:  
Inscrição Estadual: ..... - Inscrição Municipal: 1022805293-3 - CPF/CNPJ: 30.538.060/0001-23

SERVIÇO

12.17 - RECREAÇÃO E ANIMAÇÃO, INCLUSIVE EM FESTAS E EVENTOS DE QUALQUER NATUREZA.

DADOS CONSTRUÇÃO CIVIL

Numero ART:Numero CEI:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

PIPOCA E ALGODÃO DOCE

VALOR SERVIÇO (R\$)	DEDUÇÕES (R\$)	DESCONTO INCONDICIONAL (R\$)	BASE CÁLCULO (R\$)	ALÍQUOTA (%)	ISS (R\$)
1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	2.00	20,00

RETENÇÕES DOS TRIBUTOS FEDERAIS					DESCONTO (R\$) CONDICIONAL	OUTRAS (R\$) RETENÇÕES	VALOR LÍQUIDO (R\$)
INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS (R\$)			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

(Valor Líquido = Valor Serviço - INSS - IR - CSLL - Outras Retenções - COFINS - PIS - Descontos Diversos - ISS Retido - Desconto Incondicional)

...

ESTE DOCUMENTO FOI EMITIDO POR EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL(Art. 23 da LC 123/2006), DEVENDO NESTA CONDIÇÃO O PRESTADOR INFORMAR A ALÍQUOTA ENTRE 2 A 5%, CONFORME TABELA DE ENQUADRAMENTO DE ACORDO COM O SEU FATURAMENTO.O RECOLHIMENTO DO ISSQN E REALIZADO VIA DAS EMITIDO PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Consulte a autenticidade deste documento acessando o site <http://novafriburgo.rj.gov.br>, opção Nota Fiscal Eletrônica

Chave de Acesso da NFS-e

33034012235096207000196000000000001324108135579373

Número da NFS-e  
13

Competência da NFS-e  
08/10/2024

Data e Hora da emissão da NFS-e  
08/10/2024 16:21:08

Número da DPS  
13

Série da DPS  
900

Data e Hora da emissão da DPS  
08/10/2024 16:21:08



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF

35.096.207/0001-96

Inscrição Municipal

-

Telefone

(22) 9833-0016

Nome / Nome Empresarial

DARLENE FONSECA DE ALMEIDA 15208765721

E-mail

pulybrinqueanimacoes@gmail.com

Endereço

ANTONIO DE SA MARTINS, SN, CAMPO DO COELHO

Município

Nova Friburgo - RJ

CEP

28630-560

Simples Nacional na Data de Competência

Optante - Microempreendedor Individual (MEI)

Regime de Apuração Tributária pelo SN

-

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF

30.538.060/0001-23

Inscrição Municipal

-

Telefone

-

Nome / Nome Empresarial

FAOL - FRIBURGO AUTO ONIBUS LTDA

E-mail

-

Endereço

GOV ROBERTO SILVEIRA, 3612, CONSELHEIRO PAULINO

Município

Nova Friburgo - RJ

CEP

28635-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional

12.17.01 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qu...

Código de Tributação Municipal

-

Local da Prestação

Nova Friburgo - RJ

País da Prestação

-

Descrição do Serviço

RECREAÇÃO E BRINQUEDOS INFLÁVEIS

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN

Operação Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço

-

Município de Incidência do ISSQN

Nova Friburgo - RJ

Regime Especial de Tributação

Nenhum

Tipo de Imunidade

-

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN

Não

Número Processo Suspensão

-

Benefício Municipal

-

Valor do Serviço

R\$ 3.880,00

Desconto Incondicionado

-

Total Deduções/Reduções

-

Cálculo do BM

-

BC ISSQN

-

Alíquota Aplicada

-

Retenção do ISSQN

Não Retido

ISSQN Apurado

-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF

-

CP

-

CSLL

-

PIS

-

COFINS

-

Retenção do PIS/COFINS

-

TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL

-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço

R\$ 3.880,00

Desconto Condicionado

R\$

Desconto Incondicionado

R\$

ISSQN Retido

-

IRRF, CP,CSLL - Retidos

R\$ 0,00

PIS/COFINS Retidos

-

Valor Líquido da NFS-e

R\$ 3.880,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais

-

Estaduais

-

Municipais

-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Cod Evt: FESTA FAOL